

## O cenário econômico da Revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária<sup>1</sup>

### Economic background of 1923's Revolution (Rio Grande do Sul): Cattle raising structural change, growth and crisis

Ronaldo Herrlein Jr.\*

*“Não existe identidade absoluta entre poder econômico e poder político no Rio Grande do Sul durante a República Velha, e o Estado possui uma lógica própria incapaz de ser reduzida, linearmente, à dominação de uma classe social ou fração dela.”*

Pedro Cezar Dutra Fonseca

#### Resumo

O artigo apresenta o cenário econômico, mas também social e político, da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul. Para tanto, toma como referência, na primeira seção, uma visão geral sobre a transformação da economia estadual na 1ª República (1889-1930), indicando os determinantes de sua mudança estrutural. A seção seguinte enfoca os dois grandes projetos políticos em disputa na sociedade estadual. A terceira seção enfoca a crise da pecuária após a 1ª Guerra Mundial e suas relações imediatas com a Revolução de 1923. O artigo busca realizar, por um lado, uma abordagem de história econômica, considerando a evolução da economia estadual na longa duração, com foco nos determinantes do processo de desenvolvimento. Por outro lado, trata de explorar os movimentos da conjuntura econômica, que afetam imediatamente os agentes sociais e se conectam diretamente aos juízos morais e ações políticas.

**Palavras-chave:** história econômica; economia regional; Rio Grande do Sul

#### Abstract

The article presents the economic, but also social and political, background of the 1923 Revolution in the region of Rio Grande do Sul (Brazil). For that purpose, it takes as a reference, in the first section, an overview of the transformation of the regional economy in 1st Republic (1889-1930), indicating the determinants of its structural change. The following section

\* Doutor em Ciência Econômica. Professor da FCE-UFRGS e pesquisador do PPGE-UFRGS.

<sup>1</sup> O autor agradece os comentários de Pedro Cezar Dutra Fonseca a uma versão preliminar deste texto, eximindo-o dos erros e imperfeições remanescentes.

focuses on the two major political projects in conflict in the regional society. The third section focuses on the crisis of ranching and the preparation of jerked beef activities after the 1st World War and its immediate relations with the 1923 Revolution. The article seeks to accomplish, on the one hand, an approach to economic history, considering the evolution of the regional economy in the long term, focusing the determinants of the development process. On the other hand, tries to explore the movements of the economic situation, which immediately affect the social agents and connect them directly to moral judgments and political actions.

**Keywords:** economic history; regional economy; Rio Grande do Sul

## Introdução

Uma das idéias mais ricas de Gramsci em sua crítica ao economicismo é a suposição de que a estrutura não determina diretamente a ação política.<sup>2</sup> Esta seria determinada pela leitura que se faz da estrutura e das chamadas “leis” que governam seu movimento. Nos episódios históricos que vamos comentar, as ações políticas são claramente motivadas pelas leituras dos protagonistas, corretas ou não, acerca das mudanças em curso na sociedade gaúcha.

Com nosso título, queremos indicar a mudança estrutural e o crescimento econômico estadual como pano de fundo contra o qual vamos destacar a conjuntura econômica mais imediata de crise da pecuária e a conjuntura política da Revolução de 1923, indicando assim suas presumíveis motivações econômicas.

Desde logo, convém ter em mente que o crescimento econômico gaúcho foi excepcional na 1ª República (1889-1930), baseado principalmente na expansão de seu mercado interno, embora as exportações tenham alcançado aceleração máxima nos anos 1920 – e isso vale também para o charque, o principal produto de exportação da economia estadual.<sup>3</sup> Esse crescimento resultou basicamente do estabelecimento progressivo de uma nova estrutura da economia gaúcha, vale dizer, a ampliação da pauta produtiva estadual, pela agregação principalmente dos produtos da agropecuária colonial, em

<sup>2</sup> BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1994, p. 38-9.

<sup>3</sup> Conforme os dados compilados em DALMAZO, Renato. *As relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930*. Porto Alegre, Documentos FEE, n. 60, 2004; e também conforme a análise que realizamos em HERRLEIN JR., Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?* Porto Alegre, Armazém Digital, 2014.

franca expansão, concomitantemente à longa crise da pecuária.<sup>4</sup> Por outro lado, o crescimento resultou igualmente da integração do mercado interno, pelas conexões ferroviárias e melhoria das condições e custos dos transportes fluviais e ferroviário, com a desobstrução da barra de Rio Grande em 1918, a encampação, pelo poder público estadual, do porto e da barra em 1919 e da viação férrea em 1920, bem como a inauguração do novo porto em Porto Alegre em 1921.

Durante a 1ª República, a mudança sócio-econômica estrutural, definida pelo declínio econômico da zona Sul do estado, combinou-se a um regime político que excluiu do poder estadual o principal grupo econômico da região, o núcleo pecuarista da Campanha.<sup>5</sup>

A crise do subsistema econômico da pecuária-charqueadas foi uma constante ao longo da 1ª República, expressando-se sobretudo na forma de um declínio relativo na economia estadual e no próprio setor pecuário-charqueador nacional.<sup>6</sup> Apesar de constante, a crise da pecuária apresentou-se mais aguda em vários momentos. Os anos 1918-22 trouxeram uma grande reversão econômica que abateu diretamente o setor. Teve lugar uma interpretação da crise segundo a qual o governo estadual era uma das causas da mesma e, ainda que não fosse, poderia combatê-la de modo adequado, mas não o fazia. A isso somou-se o acúmulo de desgaste de um regime político centralizado, exclusivo e hierárquico, agravado pela realização de uma campanha oposicionista de amplo alcance social para uma “vitória certa”, que se frustrou pela fraude, em 1922.

Além dessa breve introdução, o artigo apresenta outras três seções e uma igualmente breve conclusão. Na próxima seção, tratamos de uma visão geral sobre a transformação da economia gaúcha na 1ª República. A seção seguinte enfoca os dois grandes projetos políticos em disputa na socieda-

<sup>4</sup> Conforme FONSECA, Pedro C. D. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

<sup>5</sup> Essa percepção política apoia-se em TARGA, Luís R. Pecoits. *Violência revolucionária e fundação do Estado burguês*. In \_\_\_\_\_ (org.). *Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre, FEE, 1996; TARGA, Luís R. Pecoits. *Elites regionais e formas de dominação*. In \_\_\_\_\_ (org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre, UFRGS: FEE, Lajeado, UNIVATES, 1998; TARGA, Luís R. Pecoits. *Le Rio Grande do Sul et la création de l'État "développementaliste" brésilien*. Grenoble: Université Pierre Mendès-France (Thèse pour le doctorat en sciences économiques), 2002; e FONSECA, Pedro C. D. *A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, n.2, p.263-289, mai.-ago, 1985.

<sup>6</sup> Conforme SOUZA, Paulo R. *Un modelo primário exportador regional: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. Trabalho de seminário para optar al grado de Magister en Ciencias Económicas. Santiago, Fac. Eco. Pol/Universidad de Chile, 1973. e PESAVENTO, Sandra. *República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre, Movimento, 1980.

de gaúcha. A terceira seção enfoca finalmente a crise da pecuária após a 1ª Guerra Mundial e suas relações imediatas com a Revolução de 1923. Segue-se a conclusão.

Vamos explorar duas perspectivas de análise conhecidas dos economistas que se debruçam sobre o mundo real. Por um lado, consideramos a evolução da economia estadual na longa duração, na abordagem do historiador econômico, interessado nos determinantes do processo de desenvolvimento. Por outro lado, vamos explorar os movimentos da conjuntura econômica, que afetam imediatamente os agentes econômicos e se conectam diretamente aos juízos morais e ações políticas.<sup>7</sup>

### **A transformação da economia gaúcha na 1ª República**

Podemos definir o caráter da transformação em pauta como sendo a transição da economia estadual para uma economia de cunho capitalista, definida pela acumulação privada de capital e pelo predomínio das relações de assalariamento na produção, e, correspondentemente, a transição para uma sociedade burguesa moderna, nos marcos do novo regime republicano, formalmente organizado como uma democracia política. A transição ao capitalismo é um processo histórico de múltiplas dimensões e que se prolonga no tempo.<sup>8</sup> Na região do Rio Grande do Sul (RS), é a dimensão política que governa a economia e a sociedade, reestruturando-as.<sup>9</sup>

A transição capitalista no RS, na sua dimensão econômica, foi fruto da convergência de dois processos: o desenvolvimento da agropecuária colonial e a integração espacial do mercado interno. O desenvolvimento da agropecuária colonial e seu desdobramento agroindustrial resultou na conquista dos mercados regional e nacional para os diversos produtos desse subsistema econômico. Esse processo realizou-se no meio rural a partir do estabelecimento de novas colônias de pequenos proprietários agricultores, com apoio direto ou indireto do governo estadual, que promoveram a expansão

<sup>7</sup> É oportuno assinalar que quase toda nossa narrativa histórica e conjuntural apóia-se nos trabalhos de Targa (1996, 1998, 2002), Pesavento (1980), Dalmazo (2004), Fonseca (1983, 1985) e Herrlein Jr. (2014), referidos nas notas anteriores.

<sup>8</sup> Conforme FERNANDES, Florestan *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

<sup>9</sup> Tomamos o conceito de “região” com o sentido de “formação (sócio-econômica) regional”, pensada como totalidade social estruturada no espaço. Ver a respeito BREITBACH, Áurea C. de M. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre, FEE, 1988, (série Teses, 13); e ALBUQUERQUE, Edu S. de. *O conceito de região aplicado a estados federais: o caso do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH-USP, 1998.

contínua da produção primária e agroindustrial estadual, em diversos produtos. No meio urbano, o mesmo processo repercutiu, limitando a migração rural-urbana, que transcorreu em pequena escala, em concomitância à imigração de empresários e operários qualificados diretamente para esse meio urbano.<sup>10</sup> Este também se beneficiou do crescimento econômico no meio rural seja por via da ampliação do mercado para a produção industrial regional nos setores de bens de consumo e de matérias-primas e instrumentos para produção industrial leve, seja pelo afluxo de capitais gerados na acumulação comercial e industrial vinculada aos circuitos mercantis das zonas de colonização da região do RS. Essa evolução determinou que o subsistema econômico da agropecuária colonial alcançasse, ao final do período, o maior peso relativo na economia gaúcha, estabelecendo efetivamente uma hegemonia econômica estadual.<sup>11</sup>

O outro processo determinante na transição da economia gaúcha ao predomínio das relações capitalistas foi a integração espacial dos dois subsistemas econômicos, o pecuário-charqueador, estabelecido a partir dos anos 1740, e a agropecuária colonial, estabelecida desde os anos 1840. A integração espacial estabeleceu-se originalmente por meio da navegação fluvial, abrangendo a Lagoa dos Patos, o estuário do Guaíba e seus rios afluentes, o Jacuí, o Sinos e o Taquari, em cuja operação emergiu uma vigorosa atividade empresarial de serviços.<sup>12</sup> Essa atividade empresarial beneficiou-se da integração do porto de Porto Alegre com o porto de Rio Grande, por meio de progressivas melhorias portuárias, ocorridas em 1921 e 1927 em Porto Alegre e em 1918 na barra de Rio Grande, cuja operação foi estatizada em 1919. A integração se realizou também pela conexão, em 1907, dos cinco ramais ferroviários previamente estabelecidos no território gaúcho e, em 1910, da conexão do mesmo com São Paulo, via ferroviária. O transporte ferroviário estadual beneficiou-se também de progressivas melhorias de desempenho econômico do serviço, seja por meio da integração da gestão privada por uma companhia belga em 1905, seja por meio da estatização em 1920, que trouxeram racionalizações tarifárias e melhorias nos serviços.<sup>13</sup>

<sup>10</sup> Conforme SINGER, Paul. Porto Alegre. In \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1977.

<sup>11</sup> De acordo com HERRLEIN JR, op. cit., e FONSECA, op. cit.

<sup>12</sup> Conforme REINHEIMER, Dalva N. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007; e CASTRO, Antônio B. de. *A industrialização descentralizada no Brasil*. In \_\_\_\_\_. *Sete ensaios de economia brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 1971.

<sup>13</sup> FRANCO, Sérgio da C. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

Os dois processos mencionados convergiram para determinar uma intensa expansão agrícola, comercial, industrial e urbana na região do RS, durante a 1ª República. A expansão resultava do estabelecimento de uma diversificada economia de mercado interno, com notável dinamismo. Enquanto as exportações cresceram 5% a.a. (em termos reais) no período 1901-29, atingindo 12% a.a. nos últimos 10 anos desse período, a renda interna do RS cresceu em ritmo ainda superior. Transcorria uma profunda transformação na economia regional subsidiária do RS. Embora dependente da dinâmica mais geral da economia exportadora nacional, com seu mercado interno em formação, a economia do RS desfrutava então de diversidade de mercados e produtos para expandir suas “exportações”. A economia subsidiária criada na extremidade sul do território brasileiro já fora historicamente auto-suficiente na maioria dos bens básicos, registrando superávits comerciais históricos frente ao Brasil e o resto do mundo desde meados do séc. XIX até 1920.<sup>14</sup> No período em tela, essa economia regional, sem perder seu caráter subsidiário, teve capacidade de transformar sua estrutura de oferta, expandir seu mercado regional e ocupar espaços crescentes no mercado nacional (demais regiões brasileiras).

As transformações produtivas em curso repercutiram na modificação da pauta exportadora estadual, assim como nos pesos relativos dos dois subsistemas sócio-econômicos. Conforme se observa na Tabela 1, o peso dos produtos da agropecuária colonial nas exportações estaduais já alcançava cerca de 1/3 desde a primeira década republicana, mantendo sua participação, enquanto emergia o arroz nas primeiras décadas do novo século. O peso destes produtos era ainda mais representativo na produção total, pois todos eles tinham a maior parcela de sua absorção realizada pelas vendas no estado, com exceção da banha no final do período.

Tabela 1 - Participação dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul, segundo as somas dos valores em períodos selecionados 1878-1988/1919-1929

Produtos	1878-1888	1889-1900	1919-1929
(1) Charque	30,3%	25,9%	19,1%
(2) Couros	30,5%	18,7%	10,1%
(3) Lã	1,4%	1,9%	4,2%
(4) Carnes Frigorificadas	---	---	3,8%
<b>(I) Sub-total: soma de (1) a (4)</b>	<b>62,2%</b>	<b>46,5%</b>	<b>37,2%</b>

continua

<sup>14</sup> Conforme DALMAZO, op. cit.

conclusão

<b>Produtos</b>	<b>1878-1888</b>	<b>1889-1900</b>	<b>1919-1929</b>
(5) Banha	1,8%	11,3%	15,6%
(6) Farinha de Mandioca	3,2%	7,3%	2,2%
(7) Feijão	0,2%	7,6%	3,8%
(8) Fumo	1,9%	2,9%	4,3%
(9) Outros (*)	1,7%	1,8%	3,4%
(10) Vinho	0,1%	0,1%	2,5%
<b>(II) Sub-total: soma de (5) a (10)</b>	<b>8,8%</b>	<b>31,0%</b>	<b>31,6%</b>
(11) Arroz	---	---	10,1%
<b>(III) Total (I) + (II) + (11)</b>	<b>71,0%</b>	<b>77,6%</b>	<b>78,9%</b>
<b>Total do RS</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

\* batata-inglesa, erva-mate, cebolas e alhos.

Fonte dos dados brutos: Dalmazo (2004).

Legenda: Grupo (I): principais produtos de exportação da pecuária sulina; (II) principais produtos de exportação da agropecuária colonial; (III) principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul.

Nota: os percentuais refletem o peso das somas dos valores por produto na soma dos valores totais exportados, aos níveis de preço correntes.

Em contrapartida, o declínio dos produtos da pecuária-charquedas na pauta exportadora reflete a crise contínua do setor charqueador em toda a 1ª República, que resultava de vários determinantes. A pecuária era atividade econômica de pouco dinamismo e fortemente apoiada no simples usufruto da riqueza natural. O charque era um produto em decadência, do ponto de vista tecnológico, destinado a perder espaço às carnes frigorificadas. O setor enfrentava inúmeras dificuldades na concorrência com o charque platino, que detinha posição politicamente destacada nas economias de Argentina e Uruguai, enquanto era subordinado na economia brasileira, sem condições de assegurar sistematicamente medidas nacionais de proteção. Ainda assim, o charque manteve-se como o principal produto da pauta, com um declínio relativo e incontornável na pauta de exportações começando a partir de 1918. Do ponto de vista estrito das quantidades exportadas, o auge das exportações ocorreu nos anos 1920, conforme evidencia a Tabela 2. A produção de charque chegou a 80 mil toneladas em 1912, o seu máximo, girando em torno de 70 mil nos anos 1920. A produção e exportação de couros se manteve como subproduto, sem crescer de importância nem aprimorar a elaboração da matéria-prima.

Tabela 2 - Exportações de charque do Rio Grande do Sul  
Quantidades anuais, segundo anos e períodos selecionados – 1793-1929

Ano ou Período	Quantidades anuais (ton.)
1793	187
1805	13.707
1806-20	14.942
1837-44	7.561
1846-59	23.826
1860-69	30.975
1870-79	26.091
1880-89	21.283
1890-900	26.603
1901-13	47.553
1914-20	36.684
1921-29	54.264

Fontes: CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 73; DALMAZO, op. cit., e FONSECA, op. cit., p. 14.

Não obstante, agentes locais ou externos à região serão responsáveis pela introdução de novos produtos na zona de pecuária: a lã e as carnes frigorificadas e em conserva. O setor pecuarista obteve apoio do governo do Estado para atrair o estabelecimento de frigoríficos. Embora momentânea, a ocorrência de boas condições econômicas internacionais, por ocasião da guerra e dos primeiros meses que sucederam ao armistício, confluíram para determinar a instalação de três plantas industriais por empresas dos EUA e de uma planta nacional, o Frigorífico Rio Grande, custeada com capitais locais. Entretanto, como veremos adiante com mais detalhes, as condições econômicas se alteraram em pouco tempo, redundando na completa reversão das expectativas otimistas e em mais uma derrota econômica dos criadores.

Nos anos 1920, intensificou-se a articulação comercial da economia gaúcha com as demais regiões brasileiras e o exterior. Isso permitiu um desempenho extremamente dinâmico das exportações gaúchas, em simultâneo à elevação das importações para um patamar muito superior à tendência histórica. Conforme a Tabela 3, de 1921 até 1929, as exportações seguiram em firme ascensão, com um crescimento real de 12% ao ano, configurando o auge das exportações estaduais desde o Império. Nesses nove anos, o valor



real das exportações (média anual) foi superior em 70% àquele observado desde o início do século até antes da guerra. No mesmo subperíodo, ocorreu um crescimento ainda mais extraordinário das importações, que em 1921 se estabeleceram em novo patamar, experimentando novos acréscimos ao longo dos anos 1920. Assim é que os saldos comerciais foram negativos em todos os anos, com o valor das exportações inferior ao das importações em 21%, em média (valor 0,79 na última coluna da Tabela 3). É importante ainda observar que, durante esses anos de déficit comercial, houve uma significativa melhora no poder de compra das exportações regionais, pois cresceu 49% a relação entre os preços de exportação e de importação por tonelada, de 1921 a 1929.<sup>15</sup> Esses dados indicam que a demanda interna superava a produção estadual e adquiria papel cada vez mais relevante para o dinamismo da economia gaúcha. O déficit comercial parece ter se conjugado com a (e talvez estimulado pela) melhoria dos termos de troca dos produtos estaduais, favorecendo a absorção de poupança externa, vale dizer, de produção externa incorporada ao consumo e também aos investimentos estaduais, em franca elevação.<sup>16</sup>

Os movimentos do comércio externo da economia gaúcha refletem o dinamismo excepcional de sua evolução. As exportações gaúchas cresceram 5% a.a. entre 1901 e 1929, enquanto no mesmo período o PIB do Brasil cresceu 4,6%, as exportações brasileiras, 3,7%, as exportações internacionais de São Paulo, 3,3%, e suas exportações totais até 4,4% a.a.<sup>17</sup> Sabemos que a arrecadação tributária estadual, nos níveis da União, do estado e dos municípios, teve crescimento real superior ao das exportações estaduais,<sup>18</sup> indicando que o PIB do RS cresceu provavelmente acima de 5% a.a., implicando um crescimento do PIB per capita da ordem de 3% a.a. na última década da 1ª República.

<sup>15</sup> DALMAZO, op. cit., p. 45.

<sup>16</sup> HERRLEIN JR., op. cit., cap. 1.4.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> Os dados brutos para essas comparações provém de LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva, 1975, pp. 117, 137; CARVALHO, Maria Lúcia L. de, PEREIRA, Paulo R. D., ALMEIDA, Pedro F. C. O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998). *Breve inventário de temas do Sul*. op. cit., p. 135-6, Tabela 5; e FONSECA, op. cit., p. 138, Tabela 44, utilizando-se sempre o mesmo deflator, obtido em LOVE, Joseph, op. cit., p. 415, coluna C-1.

Tabela 3 - Evolução das Exportações e Saldos Comerciais do Rio Grande do Sul, por subperíodos, 1880-1929

Subperíodos	Evolução Real da Exportações				Saldos Comerciais Médios (3) (relação X / M)
	Variação ponta a ponta (1)		Médias por Subperíodo		
	Total (%)	Ao ano (2) (%)	Valores (em contos de 1929)	Variação (%)	
De 1880 a 1890	-2,6	-0,3	107.813	---	n.d.
De 1891 a 1900	19,1	1,8	132.553	22,9	n.d.
De 1901 a 1913	138,3	6,9	221.544	67,1	1,58
De 1914 a 1920	-38,0	-6,6	220.382	-0,5	1,99
De 1921 a 1929	181,1	12,2	375.833	70,5	0,79
De 1901 a 1929	315,4	5,0	269.146	---	1,44

Fonte: dados brutos nominais em DALMAZO, op. cit; deflator em LOVE, Joseph L. . A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937. São Paulo, Paz e Terra, 1982, p. 415, coluna C-1).

Notas: (1) A base é o ano imediatamente anterior ao primeiro do subperíodo em foco, exceto para o primeiro subperíodo (base é 1880); (2) Taxa média geométrica; (3) Média das relações entre os valores exportados e os importados, observadas em cada ano do subperíodo.

Os dados apresentados apontam a trajetória de transformação experimentada pela economia (e pela sociedade) do RS durante a 1ª República. É sobre esse pano de fundo que se conformam dois projetos distintos para a sociedade gaúcha, considerados na seção seguinte.

### Os projetos políticos em disputa na sociedade gaúcha

Dois projetos conservadores se apresentam com alguma nitidez no cenário estadual, após a derrocada do Império. Ambos afirmam as relações de propriedade estabelecidas, mas possuem visões distintas sobre o progresso econômico, a organização do poder e o papel do Estado diante da sociedade, qual seu padrão de relação com as classes sociais. Falamos obviamente de republicanos (positivistas) e federalistas (liberais), que se tornaram frequentemente inimigos de morte na disputa em torno dos rumos da sociedade gaúcha.

O grau exacerbado de conflito, expresso nos massacres da Revolução Federalista (1891-93), corresponde à grande ruptura política ocorrida na sociedade gaúcha, na passagem do Império à República, marcadamente

distinta da pacífica passagem ocorrida em outras regiões.<sup>19</sup> No caso gaúcho, devido ao predomínio local do Partido Liberal ao final do Império, transcorreu uma formação singular do republicanismo, totalmente à margem dos partidos estabelecidos. A proclamação da República propiciou a ascensão de um grupo político com grande solidez ideológica, o Partido Republicano Riograndense (PRR), que revelaria também grande capacidade prática de conduzir as instituições públicas, assegurando-se desde logo do apoio indispensável do Exército Nacional e, logo em seguida, estabelecendo uma força armada própria do Estado regional, a Brigada Militar.

O projeto dos federalistas não pretendia a restauração do Império, como acusavam seus adversários republicanos, mas sim uma centralização política no âmbito federal, nos marcos de um parlamentarismo. Professavam o liberalismo político e o liberalismo econômico, sendo os legítimos herdeiros do Partido Liberal. Advogavam, contudo, que a pecuária deveria ser especialmente apoiada, por ser a principal riqueza estadual. A “defesa do boi” fundamentava-se na crença das vantagens da especialização econômica estadual, em vista das melhores condições da região para a pecuária e seus derivados. Tal proposição encontrava respaldo nos ensinamentos dos economistas e espelhava-se na prática das outras regiões, que protegiam economicamente suas culturas, como no caso do café, do açúcar, do cacau, etc. Os federalistas também manifestavam-se contrários à imigração promovida diretamente ou com apoio do Estado, condenando o uso de recursos públicos para promover outras atividades que não a pecuária, embora aceitassem a imigração espontânea. Os eixos centrais de seu projeto eram a defesa dos interesses da pecuária e a defesa da liberdade política, que equivalia à defesa da sua liberdade de seguir dominando a política. Sua base social estava no latifúndio pecuarista tradicional, no comércio e nas populações dos municípios da região da Campanha e de quase todo o Sul do território estadual.

O projeto dos republicanos estruturava-se em torno das ideias de diversificação econômica e modernização da sociedade gaúcha. Defendiam a autonomia política do Estado regional frente ao Estado nacional e pretendiam reduzir a dependência da economia estadual frente aos mercados externos. As frequentes crises da pecuária traziam severos danos à economia estadual, porque resultavam da insistência na especialização pecuária. Aliado a isso, a busca de auto-suficiência estadual era um segundo argumento do PRR em favor do incentivo do governo à policultura, favorecida pela política de imigração.

---

<sup>19</sup> Conforme TARGA, op. cit.

O PRR professava uma versão própria do positivismo, uma ideologia que prezava pela ordem, justificando sua preferência pela ditadura com base no conhecimento e sua aversão à noção de representação de interesses. Mas sua ideologia prezava também pelo progresso, significando “estender uma antena” para as mudanças técnicas e institucionais e para o pensamento que tinha lugar nos centros mais avançados do mundo. Eram anti-liberais na política e na economia. Condenavam a ideia liberal de mercados auto-regulados, embora fossem eminentemente privatistas no que concerne ao envolvimento estatal com os negócios privados, que deveriam ser deixados à livre condução de seus titulares, desde que em conformidade com a ordem e os costumes da sociedade, pressupondo a responsabilidade dos cidadãos. Pregavam a liberdade espiritual e de pensamento, dentro da ordem e conforme a ciência, duvidando que a “economia inglesa” coubesse nessa categoria. Na condução das instituições estatais, colocaram ênfase, no discurso e na prática, no cuidado com a coisa pública e a saúde financeira do Estado, manifestando-se contrariamente ao uso do crédito para seus gastos ou para financiar agentes privados. Sua base social estava também na pecuária, sobretudo no Planalto e Oeste, mas ocorreu também a formação de uma nova base social ao longo da 1ª República, entre colonos, setores médios urbanos, profissionais liberais, sindicalistas e no próprio estamento burocrático estatal.

A ação econômica do Estado regional notabilizou-se por fomentar os processos de transformação econômica e social em curso. Os gastos com a colonização oficial ou estimulada pelo Estado contribuíam para fomentar uma reforma da estrutura social, reforçando o crescente estrato dos pequenos proprietários rurais, dedicados à policultura juntamente com culturas de “exportação”, com uso de mão-de-obra familiar. A reforma da estrutura econômica também se viu fomentada, sobretudo pelo combate ao contrabando e pela reforma tributária de 1902. O combate ao contrabando foi fundamental para deslocar os agentes comerciais uruguaios e fronteiriços, em favor dos agentes locais que comerciavam com produção nacional. Também delimitou o espaço do mercado regional para os capitais estaduais, garantindo espaço para o crescimento da incipiente indústria estadual. A reforma tributária pretendeu extinguir os impostos de exportação, introduzindo um imposto territorial rural, assegurando-se pelo menos a manutenção da arrecadação estadual. A reforma trouxe reduções ou isenções tributárias ao charque e aos demais produtos locais.<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Ver a respeito CARVALHO, PEREIRA e ALMEIDA, op. cit.

Com exceção dos períodos de conflagração militar, o orçamento estadual sempre teve como principal item de gasto a educação, incluindo ensino básico e escolas técnicas.<sup>21</sup> Um outro conjunto de gastos, que podemos denominar de “gastos com a promoção do desenvolvimento” teve também um crescimento exponencial no período, abrangendo a infraestrutura em geral, o desenvolvimento agrícola, industrial e comercial, saneamento, energia e recursos minerais.<sup>22</sup> Esses gastos representavam somente 0,25% no orçamento estadual do RS em 1893, sendo então equivalente a apenas 0,15% do mesmo gasto no orçamento de São Paulo. Contudo, em 1929, esses gastos haviam crescido mais de 15.500% em termos reais, atingindo 54% do orçamento estadual, valor quase equivalente (95%) ao montante dos mesmos gastos no orçamento de SP.<sup>23</sup> O Plano de Viação, estabelecido em 1913, apontava o norte da administração pública no setor de transportes, prevendo um programa de obras em portos e ferrovias e justificando uma necessária “socialização dos serviços públicos” na área de infraestrutura. Esse programa de ação foi realizado progressivamente até 1920, resultando inclusive nas encampações dos serviços ferroviários e do Porto e da Barra de Rio Grande. Igualmente, o Estado também assumiu a propriedade e operação de minas de carvão, que geravam combustível para a operação das dragas, usadas na manutenção das hidrovias, e da termelétrica. Considerando o conjunto do período da 1ª República, houve uma grande elevação dos gastos públicos estaduais, lastreada numa crescente arrecadação estadual. Para fins de comparação, considere-se que o orçamento estadual total representava em 1893 apenas 19% do de SP, chegando a 40% do mesmo em 1929.<sup>24</sup>

Vimos assim os dois projetos sociais e políticos em disputa, mas era o PRR que se encontrava numa posição sólida à frente do poder público estadual, realizando seu projeto sob as críticas da oposição. Na seção seguinte, indicamos como mudanças na conjuntura econômica levaram à radicalização dessas críticas e à luta aberta contra a ordem institucional estabelecida.

---

<sup>21</sup> Conforme LEVINE, Robert. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. in: FAUSTO, Bóris. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Difel. v.2, t.3., 1977. Em 1907, o RS possuía 228 crianças matriculadas por mil habitantes em idade escolar, enquanto São Paulo tinha 162 e Minas Gerais, 141 (conforme LOVE, op. cit., p. 116).

<sup>22</sup> Ver PEREIRA, Paulo R. D. As políticas de gasto público dos Estados e a promoção do desenvolvimento. In TARGA, (org.), op. cit.

<sup>23</sup> Conforme PEREIRA, op. cit., p. 237-8.

<sup>24</sup> PEREIRA, op. cit., Tabelas 2 e 3.

## A crise da pecuária após a 1ª Guerra e a Revolução de 1923

O período da guerra trouxe uma breve euforia econômica em todas as regiões produtoras e fornecedoras de produtos alimentícios no Brasil. No caso das carnes, houve uma expressiva elevação da demanda internacional, a penetração do charque gaúcho no mercado de Cuba em 1917, as elevações gerais de preços do charque, bem como o ingresso de produtores internacionais estabelecendo frigoríficos no território estadual. Em virtude da guerra, avolumou-se o consumo de conservas de carne em lata e carne congelada de inferior qualidade, adquiridas para alimentação dos exércitos, o que permitiu amplo aproveitamento do gado de qualidade inferior. Isso também estimulou a vinda de empresas estrangeiras para o estabelecimento de frigoríficos no RS, recebendo na ocasião amplo apoio governamental por meio de isenções fiscais. Esse momento propiciou uma elevação das rendas dos estancieiros e, sobretudo, dos valores patrimoniais do gado e das terras.<sup>25</sup> Eles então realizaram diversos investimentos para expansão da produção, adotando benfeitorias e importando reprodutores.

Em 1918, a situação do mercado nacional de carne bovina viu-se afetada por medidas nacionais restritivas ao setor. Foi estabelecida a proibição da exportação de carnes congeladas e frigorificadas, bem como o tabelamento do charque em preços considerados baixos pelo setor.<sup>26</sup> Neste ano, houve redução do abate em 26%, trazendo prejuízos aos criadores. Algumas charqueadas pararam de operar, reduzindo-se o número de estabelecimentos charqueadores ativos para 34.<sup>27</sup> A questão agitou o RS, mas o presidente do Estado, Borges de Medeiros, que já havia restringido a saída de charque e feijão durante a guerra, contemporizou com os interesses do centro do

<sup>25</sup> Conforme os dados apresentados por PESAVENTO, op. cit., p. 141, extraídos da Mensagem presidencial de 1919, o conjunto dos rebanhos no estado (bovinos, equinos, ovinos, muares, suínos e caprinos) alcançara em 1918 uma extensão quantitativa superior em 84% a de 1908. Entretanto, os valores haviam se alçado a um valor superior em 355% (valorização econômica de 147%, além do crescimento físico), concentrando-se a maior parte da valorização nos anos mais recentes.

<sup>26</sup> A proibição de exportação era justificada com a intenção de forçar a baixa do preço da carne nos centros consumidores externos (especialmente Londres), contrariando uma suposta “exportação exagerada dos produtos congelados” que provocara a falta de carne nos centros urbanos (PESAVENTO, op. cit., p. 165).

<sup>27</sup> O número de charqueadas entre 1818 e 1920 é fornecido por PESAVENTO, op. cit., p. 168-9, tendo por fonte a Mensagem presidencial (estadual) de 1920. Não há indicação do número anterior de charqueadas, mas apenas a menção de que se reduzira frente a 1917. Contudo, sabemos por outra fonte citada pela autora que das 31 charqueadas existentes, cinco estavam em Pelotas. Considerando que neste município haviam 11 charqueadas em 1900 (conforme VARGAS, Jonas, *O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880*, In: [Anais do ] 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, UFRGS, 2011), pode-se estimar que o número de charqueadas ao início do século XX girasse em torno de 50.

país. O centro de suas preocupações estava na resolução dos problemas dos transportes estaduais, e para isso esperava contar com apoio da União. O quadro agravou-se no ano seguinte, quando mais seis charqueadas pararam de funcionar, restando 28, acrescidas em 1920 de mais dois estabelecimentos estrangeiros, pois os frigoríficos também produziam charque.

As medidas governamentais federais não foram os únicos nem os principais fatores de crise na pecuária, pois os fluxos de comércio alteraram-se após o final do conflito bélico, com um breve *boom*, seguido de uma grande recessão no comércio internacional. Houve severa retração do mercado internacional, a perda de poder aquisitivo europeu, a deflação e os problemas relativos ao retorno para as condições econômicas de paz, tudo contribuindo para a baixa do preço dos produtos pecuários.<sup>28</sup> Na crise que alcançara escala mundial em 1921, o RS experimentou a queda drástica do consumo de seus produtos agrícolas e pastoris, desencadeando centenas de execuções judiciais de criadores e falências de pequenas fábricas riograndenses.<sup>29</sup> Diante do retraimento dos mercados europeus de carne congelada e conservada, os frigoríficos restringiram a matança a tal ponto que o peso dessas carnes nas exportações gaúchas caiu de 12% em 1921 para 1% em 1922.<sup>30</sup> Paralelamente, ocorreu a perda dos tradicionais mercados de exportação do RS, dentro do Brasil, crescendo a produção de charque nacional.

Diante das dificuldades da conjuntura econômica, havia diferenças de atuação entre pecuaristas e charqueadores. Enquanto os primeiros buscavam adotar formas de exploração pecuária mais econômicas, os outros utilizavam-se de expedientes na esfera comercial, atuando especulativamente com estoques e retrações nas aquisições de gado. Ambos os grupos de interesse convergiam nas demandas junto aos governos estadual e federal, por crédito e proteção tarifária.

A crise da pecuária nos anos 1918-22 resultou, portanto, do refluxo do mercado internacional e da crescente concorrência nacional. No plano internacional, houve a perda do recém-conquistado mercado de Cuba, com o retorno do charque uruguaio ao mercado mundial. No mesmo período, observou-se o desenvolvimento da pecuária e da indústria saladeiril no centro e no norte do País. Os quatro frigoríficos locais se viram forçados à retração da produção, estabelecendo uma barganha para redução de preços do gado.

<sup>28</sup> PESAVENTO, op. cit., p. 178.

<sup>29</sup> ANTONACCI, Maria A. A revolução de 1923: as oposições na República Velha. In DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (1979). *RS: economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p. 230.

<sup>30</sup> DALMAZO, op. cit.

Os frigoríficos estrangeiros, operando em condições de concorrência oligopolista mundial mais acirrada – com o estabelecimento de novas plantas frigoríficas durante a guerra em várias partes do mundo –<sup>31</sup> e dotados de grande poderio financeiro, tiveram êxito em suas manobras baixistas. Ademais, com a crise na indústria da carne no Uruguai e na Argentina, como meio de enfrentá-la, essas indústrias modernas retornaram às velhas atividades saladeiras, diminuindo as matanças para os frigoríficos e reativando-as para o charque, que tinha no Brasil seu principal mercado, representando dificuldades adicionais para os produtores gaúchos. Assim, a redução do abate nas charqueadas somou-se à restrição dos frigoríficos, determinando uma crise sem precedentes para a pecuária gaúcha.

A Tabela 4 permite observar a evolução real das exportações estaduais e a participação de alguns produtos de destaque na pauta exportadora. Nota-se o declínio relativo do charque nos anos de crise (1918-1922), frente ao período anterior. Também se pode notar como o final do período assinala a equiparação e virtual ultrapassagem da banha em relação ao charque, como principal produto da pauta.

Tabela 4 - Variação real das exportações gaúchas (Brasil e exterior) e participação dos principais produtos nas exportações nominais totais, 1912-1930

Ano	Variação real das exportações (%)	Participação nas vendas nominais totais (%)			
		Charque	Couros*	Arroz	Banha
1912	19,4	30	16	2	13
1913	5,2	29	11	5	16
1914	-22,3	30	10	5	20
1915	-21,4	31	10	6	15
1916	-1,6	31	15	3	16
1917	45,0	26	9	5	10
1918	-13,9	18	9	7	11
1919	-1,5	19	9	7	15
1920	-16,1	22	8	9	17
1921	32,4	19	8	10	15
1922	13,7	24	11	10	15

continua

<sup>31</sup> Segundo Pesavento, “a conjuntura ótima propiciada pela guerra, proporcionando ampliação do consumo dos gêneros de primeira necessidade e elevação do seu preço, determinou um avanço imperialista das empresas estrangeiras sobre os países periféricos, com o objetivo de promover a industrialização da carne” (PESAVENTO, op. cit., p. 95).



conclusão

Ano	Variação real das exportações (%)	Participação nas vendas nominais totais (%)			
		Charque	Couros*	Arroz	Banha
1923	5,9	19	14	8	13
1924	14,2	19	11	8	12
1925	11,5	20	11	11	16
1926	-19,9	20	7	10	22
1927	21,3	18	7	13	20
1928	46,8	17	13	11	14
1929	-2,9	19	9	10	14
1930	8,6	16	8	9	16

Fonte dos dados brutos: DALMAZO, Renato, op. cit., 2004.

\* exclusive couros curtidos (inferior a 1%). Fonte dos dados brutos: DALMAZO, Renato, op. cit., 2004.

\* exclusive couros curtidos (inferior a 1%).

Nesse contexto, cabe assinalar a falência do projeto do frigorífico nacional. O projeto havia unificado os estancieiros, o governo e a oposição. Por insistência do Governo estadual, o Banco Pelotense aceitou financiar o empreendimento com quatro mil contos de réis; posteriormente, emprestou mais mil contos para tentar viabilizar sua operação em larga escala. Houve muito entusiasmo com o projeto, montou-se a planta, mas a mesma não foi capaz de concorrer economicamente. O frigorífico funcionou em 1920, em caráter experimental, mas teve de ser vendido em 1921, pois a integralização do capital de parte dos acionistas não se realizou, faltando capital para sustentar a operação em larga escala do negócio nas frentes produtiva e comercial. O estabelecimento teve de ser vendido para o capital inglês, facultando assim aos investidores privados e ao banco uma recuperação parcial de seus recursos.<sup>32</sup>

A “questão bancária” no pós-guerra foi outro fator gerador de crise para o setor pecuário-charqueador. Ocorreu então que a retração geral dos negócios, que dificultava o pagamento das dívidas e impactava negativamente os depósitos bancários, viu-se agravada com uma medida tomada pelo Estado regional. Em 1919 já caíra em 10% o montante dos saldos totais nos bancos estaduais. O Estado então, visando disponibilizar recursos para as encampações da ferrovia e do Porto de Rio Grande, requisitou, no final de 1920, os recursos das Caixas de Depósitos Populares, que consistiam parte

<sup>32</sup> Conforme PESAVENTO, op. cit., p. 96-123.

do passivo dos bancos comerciais, especialmente do Banco Pelotense.<sup>33</sup> Isso agravou sobremaneira a escassez de meio circulante e a restrição do crédito bancário. O Banco Pelotense reagiu, determinando a transformação dos saldos devedores correntes em promissórias com vencimento em 90 dias. A gravidade da situação motivou uma contra-reação do Estado regional, forçado a realizar novo endividamento, junto a credores externos, no valor de 10 milhões de dólares, para regularizar a liquidez no mercado estadual.

Os criadores, que se viram privados de crédito em meio a crise do setor, bem como a oposição realizaram uma dura crítica ao governo de Borges de Medeiros. Os criadores consistiam no segmento mais prejudicado pela situação, pois estavam impossibilitados de reagir frente ao poder econômico de charqueadores e frigoríficos. Responsabilizaram o governo pela suspensão do crédito bancário, argumentando que o Banco Pelotense era um braço do governo estadual, pois fora forçado a investir quatro mil contos no Frigorífico Rio Grande. Segundo a oposição, um vasto plano intervencionista, com diversas investidas estatistas, teria provocado a crise bancária. Como podia o governo estadual dispor de milhões de dólares para pagar pela ferrovia e pelo porto, enquanto negava recursos para socorrer a pecuária?

Contudo, para o Governo não havia propriamente uma crise, mas uma recessão de pós-guerra e declínio geral de preços, argumentando-se que uma reversão viria em breve período. A isso somavam-se os problemas estruturais do próprio setor, a dificuldade de unificação dos criadores e a resistência à modernização da atividade, com variação de pastos e uso de raças aprimoradas. Assim, os próprios criadores poderiam tomar as medidas necessárias para maior valorização do rebanho. Ademais, seguia o argumento governista, o RS ainda podia beneficiar-se de uma variedade de setores econômicos. Não era possível conceder o “crédito ilimitado” reivindicado pela oposição para os pecuaristas.<sup>34</sup>

A passagem de 1921 para 1922 confirmou enfaticamente o conhecido adágio, segundo o qual “tudo que está ruim pode piorar”. Além da falta de mercado para o gado, da falta de crédito na praça e dos baixos preços do gado, houve um inverno rigorosíssimo em 1921, que dilapidou parte do rebanho e reduziu o ganho de peso.<sup>35</sup> Ao inverno, seguiu-se uma prolongada

<sup>33</sup> LAGEMANN, Eugênio. *O Banco Pelotense & o sistema financeiro regional*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

<sup>34</sup> As posições do governo estadual foram expressas no jornal *A Federação* (edição de 23 de março de 1921) e na Mensagem Presidencial de 1922, conforme citados por PESAVENTO, op. cit., p. 202-204.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 208.

seca, com as mesmas consequências. Então sobreveio uma epidemia de febre aftosa. A situação se completava com o ingresso de gado uruguaio no RS, por ação de uma companhia estadunidense em Livramento, com autorização federal. O arranjo expressava também o apoio que criadores uruguaiois recebiam de seu governo nacional para enfrentar a crise, o que também buscavam energicamente os criadores gaúchos.

Em novembro de 1921 ocorreu finalmente a unificação da representação social do setor pecuarista em âmbito estadual, com a formação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL). Em defesa dos criadores, governo e oposição ainda estavam unidos em 1922, em busca de uma solução “não-política” para a recuperação do setor. Alguma recuperação teria lugar ao longo de 1922, ano em que as remessas de charque gaúcho se avolumaram (Tabela 4), mas com baixos preços para a pecuária. Em fevereiro desse ano transcorreu uma importante reunião de criadores, com a presença de líderes das duas facções políticas no setor, entre eles Osvaldo Aranha, líder governista, e Carlos Correa, ferrenho opositor ao governo, formando-se um consenso em favor de “medidas de salvação” para o setor, a serem pleiteadas junto aos governos estadual e nacional: proibição (ou exclusão por via tarifária) do ingresso de charque estrangeiro, garantia de que todo o charque gaúcho se escoasse por Rio Grande (para coibir as fraudes com gado contrabandeado), com redução substancial das tarifas da Viação Férrea e estabelecimento do crédito hipotecário, como uma medida permanente.<sup>36</sup>

O grupo social dos pecuaristas, classe dominante local em declínio, não tinha capacidade nem meios de ação para solucionar seus problemas econômicos. Por conseguinte, inclinou-se à tendência comum de transferir ao poder constituído a responsabilidade pela não-resolução da crise setorial. Era inconcebível que o governo não atendesse primordialmente a classe que mais contribuía para a economia estadual e os cofres públicos, enquanto tentava desenvolver outros setores da economia. Contudo, restava uma última esperança: a busca pelas “medidas de salvação” no Congresso nacional, fortalecida pela reunificação do movimento do criadores e contando com o apoio de Borges de Medeiros, que tomou para si a responsabilidade das gestões junto à esfera federal.

Mas o Congresso nacional tardou em apreciar e aprovar as medidas, que foram consideradas insuficientes. O crédito total disponibilizado, da ordem de 50 mil contos, não passava de 1/8 da dívida dos criadores. A elevação

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 213-5.

das tarifas sobre o charque platino foi rejeitada, esbarrando nos interesses econômicos do centro, enquanto o limite quantitativo estabelecido para ingresso do gado uruguaio não teria mais efeito, pois o mesmo já havia entrado no território estadual. Enquanto demorava a aprovação das medidas, reduziu-se a matança no estado a 500 mil reses (o desfrute normal seria de 700 mil), enquanto o valor do gado reduziu-se à metade.<sup>37</sup>

Frustravam-se assim, mais uma vez, as expectativas do setor por um alívio na situação de crise. Então, entre os criadores, reivindicou-se que o governo gaúcho, num gesto “patriótico” de salvação da produção estadual, lançasse mão de recursos públicos para comprar seu gado. Ocioso dizer que tal proposta sequer foi cogitada pelo governo, pois contrariava abertamente o princípio republicano de rejeição ao uso de recursos públicos para beneficiar interesses privados setoriais.

Encaminhou-se, finalmente, a busca por uma “solução política” para a crise do setor, em 1922, por ocasião das eleições, com um apoio contundente ao candidato de oposição, Assis Brasil, contra Borges de Medeiros, que concorria ao seu quinto mandato. Assis Brasil liderava uma coalizão heterogênea e transitória das oposições estaduais, mas a crise econômica do pós-guerra estabelecera no RS condições concretas para atuação das oposições oligárquicas contra o domínio do PRR.<sup>38</sup> A unidade oposicionista não repousava em “vínculos positivos e bem definidos de ideias, planos de administração e de governo”, mas no sentimento comum de “dignidade ofendida pela perpetuação de um homem no supremo posto do Estado”.<sup>39</sup>

A “intransigência” do poder instituído quanto à defesa de sua postura frente à crise da pecuária levou ao rompimento dos pecuaristas com Borges e à sua arregimentação nos quadros políticos de oposição, que se constituíam com vistas à eleição de novembro.<sup>40</sup> Despontava na oposição a figura de Joaquim Francisco de Assis Brasil, político republicano tradicional e também ele um criador com índole modernizante, cuja liderança granjeava cada vez mais popularidade no contexto da crise pecuarista, pregando o crédito hipotecário a prazo longo e juro módico como solução possível, ao alcance dos governantes. Os criadores se mobilizaram após à frustração com as “medidas de salvação” e com os governos estadual e federal, organizando

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 223.

<sup>38</sup> Conforme ANTONACCI, *op. cit.*

<sup>39</sup> Palavras de Assis Brasil em 1929, citadas em ANTONACCI, *op. cit.*, p. 240.

<sup>40</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, p. 225.

um grande protesto coletivo com a realização do Congresso dos Criadores em Porto Alegre, ao final de julho, durante o qual Assis Brasil foi longamente aplaudido após discorrer sobre a solução creditícia para o setor.

As condições da crise e o desgaste do governo estadual propiciaram que as oposições desencadeassem uma “campanha popular” sem precedentes no RS. Apesar da centralidade do tema da crise pecuária, os grupos da oposição empolgaram setores urbanos da sociedade, apontando a liberalização do governo como solução para seus problemas, capitalizando todos os descontentamentos existentes.<sup>41</sup>

Após a eleição no final de novembro de 1922, as atenções voltaram-se para a apuração, sendo que todos tinham como certo que Borges de Medeiros não alcançara os 3/4 da votação, conforme exigência constitucional para sua nova reeleição. Contudo, ao final de janeiro a Comissão de Constituição e Poderes deu por terminado seu trabalho, concluindo pela vitória de Borges de Medeiros, com a votação necessária para a reeleição. Diante desse resultado, o levante armado contra Borges teve início no dia mesmo de sua posse, em 25 de janeiro, com o início da Revolução de 1923.

## Conclusão

Podemos agora concluir com uma síntese dos argumentos apresentados nas seções anteriores, configurando o cenário econômico da Revolução de 1923 sob uma ampla perspectiva. Se é correto afirmar que a Revolução de 1923 transcorre sobre a “base real de problemas econômicos não superados”,<sup>42</sup> podemos ainda precisar que tais problemas combinavam aspectos estruturais e conjunturais. Vimos que a economia estadual experimentou uma mudança estrutural nas três décadas que separam o final da Revolução Federalista (1891-93) e a Revolução de 1923. A expansão da agropecuária colonial e dos setores urbano-industriais contrastava com a relativa decadência do setor pecuário-charqueador, que percorria uma trajetória de perda de dinamismo econômico a longo prazo. Isso traduzia-se em progressiva perda de poder econômico e de prestígio social para criadores, charqueadores e comerciantes historicamente dominantes na sociedade gaúcha.

Este cenário estrutural permite situar os movimentos da conjuntura econômica que cercam a Revolução de 1923. O setor pecuário-charqueador,

---

<sup>41</sup> Conforme ANTONACCI, op. cit.

<sup>42</sup> PESAVENTO, op. cit., p. 227.

que congregava criadores e charqueadores geralmente neutros ou favoráveis ao Governo estadual, beneficiou-se de uma conjuntura econômica benéfica durante os anos da 1ª Guerra Mundial e nos primeiros meses após o armistício, realizando investimentos estimulados pelos bons preços do charque e do gado. Contudo, a reversão da conjuntura internacional para um período de recessão e o controle oligopolista dos grandes frigoríficos estrangeiros no mercado mundial de carne congelada, somaram-se aos antigos problemas estruturais do setor (concorrência nacional e platina, custos das charqueadas) para determinar uma vigorosa crise setorial estadual nos anos 1918-22. Pecuaristas e charqueadores não detinham capacidades nem recursos para solucionar seus problemas econômicos. Progressivamente ganhou repercussão o discurso crítico ao Governo estadual, responsabilizado pela oposição por não resolver os problemas da pecuária, pois não se dispunha a conceder recursos ao setor, fosse fazendo uso de disponibilidades do Tesouro estadual, por meio de auxílios diretos, ou emitindo títulos de dívida, ou ainda por meio de dívida bancária.

A revolta motivada pela percepção de uma responsabilidade governamental com a crise do setor combinou-se à ampla reação oposicionista diante da marginalização política sofrida por largas parcelas do grupo economicamente dominante, que convivera de modo relativamente pacífico com os governos republicanos entre 1900 e 1922. Em dezembro de 1923, ocorreu a pacificação do estado, com o Pacto de Pedras Altas, assinado por Borges de Medeiros na residência de Assis Brasil. A crise econômica possibilitara a reaglutinação das oposições, o enfrentamento político e militar, resultando em um acordo que significaria o término do monopólio de poder do PRR no estado.<sup>43</sup> De fato, Borges permaneceu até o final do mandato em 1928, mas a Constituição de 1891 foi reformada, impedindo-se as reeleições e a indicação, pelo presidente do estado, de intendentess (prefeitos) e do vice-presidente. A partir da nova conjuntura política, a cisão no seio das classes dominantes gaúchas foi superada e os grupos políticos estaduais encaminharam-se para um novo comportamento, redundando na eleição sem concorrência de Getúlio Vargas para a Presidência do estado em 1928 e na formação da Frente Única Gaúcha em 1929.

Artigo recebido para publicação em 10/08/2014

Artigo aprovado para publicação em 04/05/2015

---

<sup>43</sup> ANTONACCI, op. cit., p. 230.